

RECURSO ESPECIAL Nº 1.847.951 - RJ (2019/0337159-3)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : ÁGUAS DE NITERÓI S/A
ADVOGADOS : JOÃO ALBERTO ROMEIRO - RJ084487
BRUNO CALFAT - RJ105258
DIEGO PORTO DE CABRERA - RJ133991
JORGE LUIZ SILVA ROCHA - RJ156945
AMANDA MARQUES DE FREITAS - RJ195969
MARINA GARCIA DE PAULA - RJ196128
RECORRIDO : CONDOMINIO CALLE UNO
ADVOGADO : FLÁVIO VARGAS FORTES - RJ081296

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por ÁGUAS DE NITERÓI S/A, com fundamento no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, assim ementado (fls. 40/41):

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. TUTELA DE URGÊNCIA. TARIFA PROGRESSIVA. FORNECIMENTO DE ÁGUA. LEGALIDADE. ÚNICO HIDRÔMETRO. NECESSIDADE DE AFERIÇÃO DO CONSUMO MÉDIO, DIVIDINDO O CONSUMO TOTAL PELO NÚMERO DE ECONOMIAS NO CONDOMÍNIO. PRECEDENTES DESTES TRIBUNAL DE JUSTIÇA. DESPROVIMENTO DO RECURSO. 1. De início, cumpre esclarecer que o C. Superior Tribunal de Justiça tem pacífico entendimento de que é ilegal a cobrança de tarifa mínima quando existente hidrômetro no local. Nesses termos, vide a ementa do julgamento do REsp1166561/RJ, processado sob o rito dos recursos repetitivos. 2. Ressalta-se que a Lei nº 11.445/07 e o Decreto nº 7.217/10, embora possam servir como marco regulatório da atividade exercida pela concessionária de serviço público, não afastam a aplicação do Código de Defesa do Consumidor na relação entre esta e o seu usuário. 3. Sublinhe-se que não se discute a própria legalidade da tarifa progressiva, eis que decorrente de normas legais expressas, quais sejam, os artigos 30, I, da Lei nº 11.445/07 e 1º e 8º do Decreto nº 7.217/10. Tal entendimento, inclusive, está refletido nos verbetes sumulares nº 82 deste E. Tribunal de Justiça e nº 407 do C. Superior Tribunal de Justiça. 4. Dito isso, pretende a requerente que seja revogada a R. Decisão ora impugnada, sob o fundamento de que o D. Juízo teria legitimado uma cobrança híbrida não prevista legalmente, na medida em que, em sua visão, o consumo

deveria ser enquadrado nas faixas progressivas sem considerar as diversas unidades habitacionais que compõem o condomínio autor. 5. Porém, com as devidas vênias, entende-se que a pretensão da agravante, caso atendida, implicaria em indevida violação aos princípios da boa-fé objetiva e transparência. 6. O Decreto Estadual nº 553/76 em seu artigo 96, III, disciplina ser uma economia 'cada apartamento, com ocupação residencial ou comercial'. 7. Ora, se a legislação incidente conceitua uma 'economia' como sendo 'cada apartamento, com ocupação residencial ou comercial', carece de amparo legal a conduta da concessionária de águas que, apenas pelo fato de haver um único hidrômetro no prédio, calcula a tarifa progressiva com base no consumo total aferido, sem levar em consideração o consumo médio, com base no número de efetivas economias no local. 8. Do contrário, estar-se-ia legitimando a situação, segundo a qual o condomínio se veria obrigado a pagar tarifa referente às últimas faixas da progressividade – como se tivesse desperdiçado água –, ainda que os condôminos tenham, individualmente, utilizado pouca quantidade de água, em benefício ao próprio meio ambiente. 9. Recurso a que se nega provimento."

É o relatório.

Nos termos do art. 9º, *caput*, do RISTJ, a competência das Seções e das respectivas Turmas do Superior Tribunal de Justiça é fixada em função da natureza da relação jurídica litigiosa.

Compulsando os autos, verifica-se que a controvérsia central gira em torno da legalidade da cobrança de tarifa de água.

Dessa forma, verifica-se que a competência para apreciar o recurso é de uma das turmas integrantes da Primeira Seção desta Corte, conforme o art. 9º, § 1º, IX, do RISTJ.

Diante do exposto, redistribuam-se os autos a um dos e. Ministros integrantes da Eg. Primeira Seção.

Cumpra-se.

Brasília, 25 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator